

Sumário

Editorial	
É possível identificar um regime jurídico aplicável aos “ <i>smarts contracts</i> ”?	7

DOCTRINA E ATUALIDADES

A coleta de dados pessoais por meio da utilização de *cookies* em *websites* destinados ao comércio frente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Caroline Godoy Koch	15
1 Introdução	15
2 A internet e os <i>cookies</i>	16
2.1 O surgimento e as transformações da internet	17
2.2 O que são <i>cookies</i> : como surgem e para o que servem?.....	18
3 O comércio eletrônico.....	20
3.1 O comércio eletrônico e seus números no Brasil	21
3.2 Como os <i>cookies</i> são usados no comércio eletrônico	22
4 A LGPD: apontamentos iniciais	25
4.1 O consentimento do titular: como deve ser obtido, situações que pressupõem fornecimento e exceções que permitem coleta sem consentimento	28
4.2 Como operam os <i>cookies</i> : respeitam os principais direitos dos usuários previstos da LGPD?.....	30
5 Conclusão	33
Referências	35

Comentários à Lei nº 13.811/19:
a ineficácia legislativa e indagações pertinentes

Jardel Ribeiro Ferreira, Karina Barbosa Franco	39
1 Introdução	39
2 A alteração legislativa: enfim, nada mudou	41
3 A impossibilidade da união estável entre adolescentes após a Lei nº 13.811/19... ..	44
4 Vício nulificante: casamento nulo ou anulável?.....	49
5 Conclusões	54
Referências	55

Vida útil e manutenção das edificações como excludentes de responsabilidade civil por vícios construtivos

Rogério Coutinho Beltrão	57
1 Introdução	58
2 Responsabilidade civil por vícios construtivos e o prazo da garantia legal por solidez e segurança da obra	59
3 O critério de vida útil e manutenção das edificações na apuração da responsabilidade civil do construtor.....	63
4 Direitos e deveres do adquirente de imóveis em caso de surgimento de vícios na construção.....	68
5 Conclusão	74

Autonomia privada e Direito Sucessório na contemporaneidade jurídica: entre disponibilidade e limitação	
João Maurício Leitão Adeodato, João Vitor Cruz de Castro	79
1	Autonomia privada e direito de propriedade como fundamentos do direito de herança..... 80
2	O escopo do Direito Sucessório e a exaltação da autonomia privada na contemporaneidade..... 86
2.1	O contrassenso do Direito Sucessório ante a inclinação do Direito hoje..... 86
2.2	Problematizando a mitigação da autonomia privada no Direito Sucessório..... 95
2.2.1	A legítima..... 95
2.2.2	O legado..... 98
2.2.3	A inadmissão pelo Direito Sucessório de famílias formadas por mais de dois cônjuges ou companheiros..... 100
3	Conclusão..... 103
	Referências..... 104

A importância do planejamento sucessório nas sociedades anônimas familiares	
Giulia Ottani Gonçalves	107
1	Introdução..... 107
2	Empresa familiar..... 108
3	Sociedade anônima familiar..... 110
4	Vantagens do planejamento sucessório e prejuízos da sucessão não planejada... 110
5	Principais formas de planejamento sucessório..... 113
5.1	Acordo de acionistas..... 113
5.2	Testamento..... 115
5.3	<i> Holding</i> familiar..... 117
6	Conclusão..... 119
	Referências..... 120

Expectativa ao direito à herança x direito à autonomia privada do falecido: uma análise em busca da mitigação à reserva da legítima	
Karina de Souza Vasconcelos	121
1	Introdução..... 121
2	O tratamento jurídico, no Direito brasileiro, da expectativa ao direito à herança e do direito à autonomia privada do falecido..... 123
3	Análise do conflito de direitos fundamentais: expectativa ao direito à herança x autonomia privada do falecido..... 126
4	Considerações finais..... 130
	Referências..... 131

DIÁLOGOS

Perspectivas teóricas para o constitucionalismo digital no Brasil	
Gabriela Buarque	135
1	Introdução..... 135
2	Da evolução do constitucionalismo e da constitucionalização das relações privadas..... 136
3	Do advento do mundo digital..... 141
4	Aspectos do constitucionalismo digital..... 147

5	Considerações finais.....	153
	Referências	154

VOZ UNIVERSITÁRIA

Liberdade de expressão e censura: análise da ampliação do controle dos conteúdos nas redes sociais frente ao crescimento do discurso de ódio *on-line*

Lorena Vieira G. dos Santos, Raniere Souza Ferreira, Isabela Maria Marques Thebaldi		159
1	Introdução.....	160
2	Discurso de ódio e liberdade de expressão: conceitos iniciais	162
2.1	A liberdade de expressão no ordenamento jurídico brasileiro	162
2.2	O discurso de ódio e a realidade vivenciada nas redes sociais	163
2.3	A atual política de controle dos conteúdos utilizada pelas plataformas	165
2.3.1	Instagram.....	166
2.3.2	Twitter.....	167
2.3.3	TikTok.....	168
2.4	Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14).....	169
3	Liberdade de expressão x censura: ponderações acerca dos interesses em conflito	171
3.1	O caráter não absoluto da liberdade de expressão.....	171
3.2	A liberdade de expressão como subterfúgio para os ataques nas redes sociais ...	172
3.3	O papel da censura na definição do limite da liberdade de expressão	174
4	O aumento do controle dos conteúdos publicados nas redes sociais como ferramenta de diminuição do discurso de ódio.....	175
4.1	A aplicação dos sistemas de inteligência artificial	176
4.2	A viabilidade de criação de uma legislação específica	177
4.3	A conscientização da sociedade e a implantação de políticas públicas	178
5	Conclusão	179
	Referências	181

EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

Responsabilidade civil no Código Civil e Comercial argentino de 2015

José Fernando Márquez		187
1	O novo Código Civil e Comercial argentino.....	187
2	A responsabilidade civil no Código Civil de 1871	188
2.1	Distinção entre responsabilidade contratual ou obrigacional e responsabilidade extracontratual.....	188
2.2	Os elementos da responsabilidade civil	189
3	Responsabilidade civil no Código Civil e Comercial de 2015.....	190
3.1	A disposição da matéria	190
3.2	A unificação das regras de responsabilidade contratual e extracontratual	190
3.3	As funções da responsabilidade civil	191
3.4	Os elementos da responsabilidade civil	191
3.4.1	A antijuridicidade	192
3.4.2	O dano indenizável	192
3.4.3	A relação de causalidade.....	193
3.4.4	Fatores de atribuição de responsabilidade	194
4	Conclusões	195

JURISPRUDÊNCIA

As milhas aéreas e a herança digital: comentários à luz do REsp nº 1.878.651/SP

Manoel Victor de Mello Vianna, Marcos Ehrhardt Jr.	199
1 Uma contextualização necessária.....	199
2 Breves reflexões sobre o entendimento do STJ no julgamento em análise	205
3 Possíveis contribuições do julgado ao estudo da herança digital	209

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Indenização por dano moral – Vazamento de dados pessoais de particular armazenados por concessionária de serviço público – Eletropaulo – Dados comuns e sensíveis – Dano moral presumido – Impossibilidade – Necessidade de comprovação do dano decorrente da exposição das informações. Agravo em Recurso

Especial nº 2.130.619/SP	211
--------------------------------	-----

AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

Compliance digital em proteção de dados pessoais: a necessidade de humanização da regulação de dados nas instituições

Alexandre Barbosa da Silva, Phillip Gil França	219
1 Introdução	219
2 Aspectos gerais da regulação da proteção de dados no Brasil	220
3 A importância da construção e da adequada manutenção de programas de integridade e de <i>compliance</i> nas instituições	230
4 A necessidade de humanização e de cuidado nos processos de tratamento de dados pelas instituições: breves sugestões para a implantação de um <i>compliance</i> de proteção de dados efetivo	234
5 Conclusões	239
Referências	239

RESENHAS

Resenha crítica: *Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados*

Rafael Oliveira Soares	243
1 O fim do comércio de dados pessoais	243
2 A vigilância onipresente e os abutres de dados	244
3 Transformando poeira de dados em ouro	246
4 Privacidade é poder.....	247
5 Como recuperar nossa privacidade?	248
6 Considerações finais.....	250
Referências	251

Instruções para os autores	253
----------------------------------	-----